

por Barragens)

A FALÁCIA DO RISCO DA FALTA DE ENERGIA

Sílvia Alvarez (Brasília - DF) Brasil de Fato

Especialista e movimentos sociais rebatem alarmismo da *mídia* corporativa, governo e investidores de que faltará energia

A escassez de energia é apontada pela *mídia*, governo e investidores como o grande problema para o desenvolvimento do país. Em coerência com essa idéia, a maior parte do orçamento (R\$ 274,8 bi) do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), divulgado pelo governo no último mês, foi destinada para a rubrica “investimento em infra-estrutura energética”. Porém, especialista e movimento social refutam essa tese com base nos próprios dados divulgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Ministério de Minas e Energia (MME) definiu que, dentre os objetivos do programa, “garantir a segurança do suprimento de energia elétrica” contando, inclusive, com a “participação efetiva do setor privado”. Para isso, está prevista a construção de mais hidrelétricas até 2010 capazes de gerar 12.386 MW, e a implementação de alguns instrumentos de incentivo ao investimento privado. Além disso, um Grupo Gestor (GGPAC/ MME) do Ministério foi formado na última terça-feira (6/2) para acompanhar e assegurar as ações previstas no Programa.

Todas essas medidas foram feitas em nome do “desenvolvimento” e do “crescimento econômico” do país.

No entanto, Dorival Gonçalves Júnior, professor de engenharia elétrica da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), desconstrói a tese do risco de falta de energia. Para isso ele examina, inicialmente, a capacidade de fornecimento médio de eletricidade durante todo o ano, que é denominada de “energia assegurada” pela ANEEL. Segundo o banco de dados da Agência, a capacidade de gerar energia elétrica na atualidade é de 57.500 megawatts (MW) médios. Comparando agora com a demanda requerida durante o ano de 2006 (que foi de 47.500 MW), de acordo com os dados da ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico Interligado), conclui-se que sobrou 10 MW de energia no ano passado. Para reforçar, ele dá um exemplo mais recente, de janeiro de 2007, onde o consumo de energia foi de 49.183 MW médios, sobrando assim, 8.317 MW médios de energia. Dorival conclui: “considerando que esse excedente de 8.317 MW é, praticamente, a energia assegurada da Itaipu (atribuída pela ANEEL), podemos dizer que hoje o sistema elétrico interligado nacional opera com uma Itaipu em *stand by*”.

Já o prof. Luiz Pinguelli Rosa, Coordenador do Programa de Planejamento Energético COPPE/UFRJ e ex-presidente da Eletrobrás, o Brasil tem uma projeção de crescimento econômico e precisa gerar emprego. Portanto, “é necessária a expansão de energia, eu não tenho dúvidas disso”, alerta Pinguelli. Ele acrescenta ainda que a energia *per capita* do Brasil é muito pequena. “Se comparar com os EUA ou Europa é uma disparidade. Mesmo na América Latina, se comparar com Argentina ou Chile, é muito menor”, avalia.

Demanda Futura

O principal argumento dos defensores da “tese da escassez” é que o crescimento econômico do Brasil nos próximos anos deve fazer com que a atual energia assegurada (57.500 MW) não seja suficiente. Contrariando essa opinião, Gonçalves Jr. mostra que, seguindo a previsão do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015 (PDEE),

elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), não teremos falta de energia nos próximos anos.

O plano aponta três cenários de crescimento da demanda de energia: O primeiro, denominado “trajetória alta”, estima o crescimento anual da carga de energia para os próximos 4 anos de 5,1%. O segundo, chamado de “trajetória referência”, prevê o crescimento anual até 2010 de 4,9% ao ano. E, o terceiro, “trajetória baixa”, admite a variação da carga em 3,9% ao ano no período.

A partir desses números (ver tabela 1), levando em conta a oferta e o consumo, Gonçalves Jr. conclui que o único cenário que ultrapassa a energia assegurada de hoje em 2010 é o de trajetória alta (que teria demanda de 57.956,8MW em 2010). “Ele ultrapassa somente 456,8 MW médios. Semana passada começaram a construir a hidrelétrica de Estreito, em Tocantins, que vai produzir mais de 1.000MW de energia, ou seja, muito acima do necessário”, afirma o professor.

Gonçalves Jr. pondera ainda que esta hipótese de crescimento para a demanda (5,1% ao ano) parece muito improvável de se realizar, pois os dados registrados pelo ONS nos anos 2005 e 2006, foram respectivamente de 4,5% e 3,9%, e para este ano o ONS estima um aumento de 3,6%. “Então é difícil acontecer esse cenário de trajetória alta. Mesmo que não seja adicionado nem uma nova fonte até 2010, não faltará energia”, argumenta Dorival.

Energia para quem?

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que junto com outras entidades está puxando a campanha O preço da luz é um roubo, considera a tese do déficit de energia uma chantagem do setor elétrico. “Isso é uma especulação na comercialização de energia elétrica. O que eles querem é que tenha energia sobrando para comprá-la cada vez mais barata e em forma de subsídio do governo”, alerta Marco Antonio Trieveiller, da coordenação do movimento. Isso acontece, por exemplo, no Pará com a ALBRÁS e no Maranhão com a ALUMAR.

Apesar de defender que o país precisa de mais fontes de energia, Pinguelli acredita que o que deveria ser feito é usar a energia dos produtores de alumínio (eletro-intensivos) para a população. “Existe um grupo de privilegiados chamados de consumidores livres, que consomem 30% da energia do Brasil a um preço baratinho. Quem paga é o pobre”.

Para Dorival Gonçalves Jr., sob o discurso da escassez iminente de eletricidade, “está submersa uma matriz de interesses que de modo algum expressam qualquer interesse dos trabalhadores”. Segundo ele, desde a privatização do setor o preço da tarifa residencial subiu. (ver tabela 2). A eletricidade saiu da faixa dos US\$ 70 dólares para mais de US\$130, mantendo-se no nível dos US\$ 100.

Mecanismos de sustentação deste modelo foram inclusos no PAC. No caso dos financiamentos do BNDES, que já eram bastante favoráveis, ficaram ainda mais, já que o banco financiará até 80% do empreendimento e o prazo de pagamento aumentou de 14 para 20 anos. Além disso, está sendo criado o Fundo de Investimento em Infra-estrutura com o uso do FGTS. “O PAC veio para aperfeiçoar esse modelo energético lucrativo” conclui Dorival.

Hidrelétricas na Amazônia

As hidrelétricas do Rio Madeira (RO) e de Belo Monte (PA) são dois polêmicos projetos que constam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ambos são alvos de críticas e protestos por parte de movimentos sociais e ambientais.

O complexo do Rio Madeira prevê a construção das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau que, juntas, poderão gerar cerca de 7,5 mil MW. Segundo Wesley Ferreira

Lopes, do MAB, esses empreendimentos são pra atender as necessidades do capital e não do povo, já que a energia produzida pelas hidrelétricas é para abastecer as empresas e não o a população. Além disso, “as obras vão elevar o nível do rio em mais de 4m em algumas regiões, desabrigando mais de 3 mil famílias”, denuncia.

Belo Monte, com geração prevista de 11 mil MW, teve sua autorização de estudo ambiental questionada pelo Ministério Público Federal do Pará na semana passada. Eles exigem uma consulta aos indígenas da região pelo Congresso Nacional, além de discutirem possíveis alternativas à obra.

Quadro de carga nacional estimado: 2007-2010 (tendo como referência dados da EPE)				
	2007	2008	2009	2010
“trajetória alta” (MWmédios)	49.922,5	52.468,5	55.144,44	57.956,8
“trajetória de referência” (MWmédios)	49.827,5	52.269,1	54.830,2	57.516,9
“trajetória baixa” (MWmédios)	49.352,5	51.277,24	53.277,1	55.354,8

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)

Fone/Fax: (61) 3242 8535

mab@mabnacional.org.br

comunicacao@mabnacional.org.br

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

01-03-07

Brasil de Fato

CAMPANHA DENUNCIA ALTO CUSTO DA LUZ

Luiz Renato Almeida (Porto Alegre - RS)

Custo de produção de um quilowatt de energia é de menos de R\$ 0,10,
enquanto um consumidor paga pelo menos R\$ 0,50 por mês

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) está nas ruas de diversos estados brasileiros com uma campanha pela redução tarifa de energia elétrica. O MAB denuncia o

alto valor cobrado para a população rural e urbana, comparado com o baixo custo de produção de energia e com os subsídios dados às grandes empresas.

De acordo com o movimento, o custo de produção de um quilowatt de energia é de menos de R\$ 0,10, enquanto que um consumidor paga pelo menos R\$ 0,50 por mês. Além disso, o MAB afirma que a tarifa de energia elétrica aumentou cerca de 400% nos últimos 10 anos.

Marco Antônio Trierveiler, da coordenação nacional do MAB, explica que a população paga mais pela energia do que as grandes indústrias, que têm a tarifa subsidiada. "Hoje, a população urbana e rural paga mais cara a energia elétrica, para as grandes empresas terem energia subsidiada. Para nós termos uma idéia, na minha cidade, eu pago R\$ 0,63 por megawatt de energia consumida no mês. As grandes empresas aqui do Rio Grande do Sul pagam R\$ 0,07, quase dez vezes mais barato que eu como consumidor pago. O governo cobra caro do povo, para poder subsidiar as grandes empresas, ricas, que exploram os trabalhadores, que geramos a riqueza e ainda temos que pagar esse valor para as indústrias serem subsidiadas", diz.

Junto com sindicatos e movimentos sociais, cerca de 50 jovens ligados ao Movimento dos Atingidos por Barragens estão em Porto Alegre até o dia 12 de março, fazendo panfletagens, reuniões nas comunidades e debates em escolas e universidades. O objetivo é sensibilizar a população para defender a redução na tarifa de energia.

Marco Antônio também explica que as mesmas empresas cobram no Brasil o dobro do preço praticado pela energia nos Estados Unidos. "Produzido da mesma maneira, pelas mesmas empresas, no Brasil e nos Estados Unidos, o preço médio aqui custa o dobro do que nos Estados Unidos. É um sobre-lucro muito grande, que se reflete na vida das pessoas. Nosso principal objetivo é levar essa denúncia, chamar a população a se revoltar contra essa situação, e nós pressionarmos para o Governo baixar o preço da energia elétrica", diz.

O MAB se ampara numa decisão da Justiça Federal, determinando desconto de 65% para quem consome até 200 kw/h por mês. No Paraná, as famílias que consomem até 100 kw/h têm isenção na tarifa. Para Marco Antonio, a pressão das grandes empresas energia faz com que a lei não seja cumprida no Brasil. (Agência Chasque)